

## A DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA COMO FERRAMENTA PARA A TOMADA DE DECISÃO GERENCIAL

DAGOSTIM, Andressa Taborda<sup>1</sup>  
ROSSI, Alana<sup>2</sup>  
KOUNROUZAN, Márcia Covaciuc<sup>3</sup>

### RESUMO

No atual cenário de mudanças, a liquidez de uma empresa é uma das principais preocupações dos seus gestores. A informação contida na Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) amplia e fornece segurança e agilidade para se gerir uma empresa. Neste contexto, buscou-se levantar as informações privilegiadas que a DFC proporciona, discorrendo sobre sua utilização no processo de planejamento e controle; além de analisar sua importância como ferramenta de gestão. Os dados foram extraídos de artigos científicos publicados e livros especializados de administração financeira. A análise qualitativa da bibliografia demonstrou o que se faz necessário para que uma empresa cumpra com suas obrigações e alavanque seus resultados. O presente estudo ainda descreveu (1) a relevância e a contribuição da DFC nas tomadas de decisões gerenciais; (2) o surgimento e a obrigatoriedade da DFC conforme Lei 11.638/07; (3) e o que disciplina as orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), no CPC 03. Foi verificada a contribuição da ferramenta DFC para o desenvolvimento profissional; como subsídio inicial para atender um mercado financeiro que exige rapidez e segurança nas deliberações gerenciais dos recursos financeiros. Além disso, o DFC pode ser amplamente utilizado como ferramenta de tesouraria, norteador ações de curto prazo. Entretanto, como demonstração contábil ainda está no período de conquista de espaço como ferramenta de uso a longo prazo.

**PALAVRAS-CHAVE:** Controlar, planejar e avaliar as atividades financeiras com antecedência.

### STATEMENT OF CASH FLOWS AS A TOOL FOR MANAGEMENT DECISION TAKING

#### ABSTRACT

In the current scenario of changes, liquidity of a company is one of the main concerns of managers. Information about the Statement of Cash Flows (SCF) enlarges and provides security and agility to manage a company. In this context, we attempted to survey privileged information that SCF provides and discoursing on their use in process of planning and controlling; moreover analyzing its importance as a management tool. Data was extracted from published scientific articles and specialized books of financial administration. Qualitative analysis from bibliography showed what is necessary to a company comply with obligations and to leverage results. Present study also described (1) relevance and contribution of the SCF in making management decisions; (2) rise and requirement of the DFC according to the Law 11.638/07; (3) and guidelines disciplined by the Committee of Accounting Pronouncements (CAP), on the CAP 03. It was verified contribution of SCF as a tool for professional development, as first subsidy to attend a financial market that requires rapidity and security in management deliberations of financial resources. Furthermore, the SCF can be used widely as a tool of treasury department, orienting short-term actions. However as an accounting demonstration it has been in conquest period of available space as a tool for long-term using.

**KEYWORDS:** Control, plan, and evaluate the financial activities in advance.

### 1 INTRODUÇÃO

Em virtude da grande movimentação econômica, à competitividade e ao crescimento dos mercados, visualiza-se a necessidade de ferramentas que auxiliem as empresas no controle e tomada de decisão com relação às origens e às aplicações de recursos financeiros, de forma segura e com agilidade.

As mudanças no cenário dos negócios aumentam a complexidade dos processos gerenciais e exigem, cada vez mais, o conhecimento dos profissionais. Estes, por sua vez, devem buscar constantemente a sua atualização, visando acompanhar as inovações do mercado. Neste contexto, emerge a importância do contador, como gerador de informações seguras apresentadas nas demonstrações contábeis para orientar a tomada de decisão. Sendo assim, pergunta-se:

Como a Demonstração dos Fluxos de Caixa pode auxiliar no processo de tomada de decisão?

Um grande desafio aos gestores, principalmente de pequenas e médias empresas, é a gestão dos recursos financeiros. Estes precisam encontrar formas de melhorar sua competitividade, garantir a sua manutenção no mercado e administrar com propriedade e competência os recursos financeiros, principalmente a gestão do capital de giro das empresas. Neste sentido, há a necessidade de controlar e acompanhar os resultados, para que as adequações e correções de rumos possam ser feitas em tempo hábil, evitando-se problemas ao longo dos exercícios.

<sup>1</sup>Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Assis Gurgacz. E-mail: dessa\_taborda@hotmail.com

<sup>2</sup>Acadêmica do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Assis Gurgacz. E-mail: alanarossinpi@yahoo.com.br

<sup>3</sup>Docente Mestre Orientadora Curso de Ciências Contábeis da Faculdade Assis Gurgacz. E-mail: marciack@fag.edu.br

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) tem como característica ampliar o conhecimento da situação financeira das empresas, atualmente de forma impositiva, conforme normas e regras legais originadas pela internacionalização das Normas Brasileiras de Contabilidade.

O objetivo principal da DFC, segundo Iudícibus (2010, p.557), é:

Prover informações relevantes sobre os pagamentos e recebimentos, em dinheiro, de uma empresa em determinado período, e com isso ajudar os usuários das demonstrações contábeis na análise da capacidade da entidade de gerar caixa e equivalentes de caixa, bem como suas necessidades para utilizar esses fluxos de caixa.

Outra característica importante, em relação à DFC em uma empresa, consiste no seu emprego para fins de controle, planejamento e avaliação de atividades financeiras com antecedência. Segundo Lemes Junior, Rigo e Cherobim (2002, p.243):

Um plano financeiro é, portanto, uma declaração do que deve ser feito no futuro. Em sua maioria, as decisões numa empresa demoram bastante para serem implantadas. Numa situação de incerteza, isso exige que as decisões sejam analisadas com grande antecedência.

Na visão de Lemes Junior, Rigo e Cherobim (2002), sem o planejamento antecipado possivelmente poderão ocorrer problemas de caixa, relacionados aos ingressos e desembolsos de recursos financeiros, podendo em alguns casos levar a empresa à insolvência.

Zdanowicz (2012, p.147) ressalta, “uma vez projetado o fluxo de caixa, a direção estará apta a tomar decisões com segurança e enfrentar possíveis dificuldades ou sobras de caixa em decorrência das sazonalidades de mercado, por exemplo”. A implementação do DFC é essencial para que cada usuário possa tomar suas decisões com segurança, demonstrando dinamicamente a situação financeira da empresa, atual ou futura. Além disso, possibilita melhor administração aos gestores dos recursos antecipadamente.

Em relação aos pesquisadores, este trabalho representa uma realização profissional e pessoal, pois contribui para o conhecimento e crescimento profissional das autoras. Além disso, pode servir como base para demais trabalhos a serem desenvolvidos. A administração financeira sistematizada, por mais simples que seja, sempre traz bons resultados para uma organização, independentemente de seu tamanho.

O objetivo geral do presente estudo consistiu em analisar a contribuição da Demonstração dos Fluxos de Caixa no processo de tomada de decisão em modo geral.

A partir disto, os objetivos específicos foram:

- a) Levantar as informações disponibilizadas pela Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- b) Comparar as informações levantadas com a necessidade do gestor;
- c) Identificar as principais contribuições da Demonstração dos Fluxos de Caixa para o processo de tomada de decisão.

## 2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Na abordagem teórica, foram apresentados: a evolução e conceitos; os grupos; os métodos e a importância da utilização da Demonstração dos Fluxos de Caixa pelas entidades - como forma de apoio, no processo de planejamento e controle; e como surgiu e quando passou a ser obrigatória sua elaboração.

Segundo Sá (2004), a busca do conhecimento da humanidade em razão capacidade financeira de seus negócios teria ocorrido, aproximadamente, no ano de 600 a.C. com Tales de Mileto, estudante de Contabilidade no Egito. Entretanto, somente no ano de 1494 houve a divulgação do “Método das Partidas Dobradas”, pelo monge franciscano Luca Pacioli. Depois da Revolução Industrial, no século XVIII, com o enorme interesse por meios de controle financeiro e patrimonial, a escola inglesa, então, aplicou normas e processos contábeis. No século XX, com a crise mundial financeira que se deu posterior à quebra da bolsa de valores americana (1929) sentiu-se, então, a necessidade massiva da contabilidade. Esta atuaria como ferramenta de informação para as análises e tomadas de decisões financeiras nas empresas.

Ainda comenta Sá (2004) que a primeira publicação feita sobre o estudo foi baseada nos Índices de Balanço pelo *American Institute of Certified Public Accountants* (AICPA), no ano de 1934. Mais tarde, em 1961, ressaltou-se o interesse pelo estudo do fluxo de caixa através da publicação do *Accounting Research 2*, nomeado como *Cash Flow: Analysis and the Funds Statement*.

Posteriormente, o *Financial Accounting Standards Board* (FASB), em 1986, publicou o Boletim nº 23, sugerindo às empresas americanas a adoção do relatório de Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais em lugar das Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR). Em 1987, a FASB emitiu um pronunciamento o FAS-95 passando a ser obrigatório o relatório de fluxo de caixa, partindo das Demonstrações Financeiras norte-americanas. Esta medida atendia, desta maneira, às necessidades dos investidores e das empresas que estavam em busca de recursos que facilitassem o entendimento no mercado financeiro (RIBEIRO, 2010).

Essa mudança se deu internacionalmente em países como Japão, Nova Zelândia, Canadá, África do Sul, entre outros. Na Inglaterra, a obrigatoriedade foi em 1992; no Brasil, algumas empresas até 1999 utilizavam a DFC como complemento no corpo das informações que eram apresentadas nas demonstrações contábeis. Em meados de abril de 1999, a determinação das normas contábeis foi instaurada através do Instituto Brasileiro de Contadores (IBRACON), atualmente conhecido como Instituto de Auditores Independentes do Brasil, criou a NPC-20 (Normas e Procedimentos Contábeis nº 20), a qual inseriu que, “a Demonstração dos Fluxos de Caixa refletirá as transações de caixa oriundas: a) das atividades operacionais; b) das atividades de investimentos; e c) das atividades de financiamentos”, documento que estabeleceu padrões contábeis que tinha semelhança aos padrões estabelecidos pela FASB.

Nessa época, a DFC fazia parte das Demonstrações Contábeis através do parecer dos auditores independentes que compunham, pelo menos, três parágrafos. O primeiro transcrevia a empresa e as demonstrações contábeis auditadas; o segundo, visava os procedimentos tomados pelos auditores para emitir sua opinião sobre essas demonstrações; e o terceiro refletia a opinião em si sobre as descritas demonstrações, exceto se houvesse ressalva. Essa por sua vez, seria o terceiro parágrafo e, sucessivamente, a opinião viria no próximo parágrafo. De forma mais simplificada, no primeiro parágrafo era desempenhado o trabalho que era exigido conforme legislação societária, consistindo: no Balanço Patrimonial; a Demonstração de Resultados; a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido; e na DOAR. Desta forma, quando a empresa solicitava a opinião do auditor, esse por sua vez incluía um parecer chamado Parágrafo de Ênfase, descrevendo que a empresa teria publicado a DFC como forma de análise adicional (SALOTTI; YAMAMOTO, 2007).

Mais tarde a Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI), iniciou uma pesquisa da evolução das empresas que utilizavam o método sem obrigatoriedade. Este trabalho ainda teve o cuidado de apurar o método escolhido (diretos ou indiretos), no período de 2000 a 2004. Notou-se, indiscutivelmente o crescimento de um período para o outro e, também, a tendência pelo uso do método indireto. Tal caso se assemelhava aos dados divulgados nos Estados Unidos e os demais países do mundo (SALOTTI; YAMAMOTO, 2007).

Antes das alterações sofridas em 2007, a Lei 6404/76 exigia algumas adequações quando se inclinava à estruturação. Porém, Matarazzo (2003) tinha como percepção incompleta a legislação societária da DOAR, com pouca transparência para se fazer uma análise. Para este autor, se tratava de um entendimento pobre e que sua única utilidade era de fornecer dados para atender a cadeia externa.

Para Azevedo e Araújo (2004, p. 364) “A DOAR tem como objetivo acompanhar o balanço na evidenciação das informações de natureza financeira, apresentando a origem e a aplicação dos recursos movimentados pela entidade”.

Para Iudícibus (2007, p.80),

[...] o fluxo de caixa é mais fácil de ser assimilado pelos usuários não muitos afeitos à técnica contábil, enquanto a demonstração das origens e aplicações de recursos tem uma apresentação mais próxima para os administradores com maior grau de conhecimento da ciência contábil. [...] os componentes da alta cúpula preferem o uso do fluxo de caixa [...].

Essa visão suportou a efetivação da DFC como demonstração obrigatória em substituição ao DOAR. Segundo o Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC), a DFC já era bastante utilizada antes da Lei Complementar 11.638/07, para avaliar a situação econômica e financeira das grandes empresas; isto pelo fato de que as entidades necessitavam de caixa para realizar as operações.

Com a aprovação da Lei Complementar 11.638/07, em 1º de janeiro de 2008 a DFC tornou-se obrigatória, e passou a ser disciplinada, então, pelo CPC; através da divulgação do CPC 03, pela Deliberação da CVM nº 547/2008; pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), por meio da Resolução nº 1.125/2008 e pela Lei 11.941/09 (LUSTOSA, 1997).

Para Martins (1999), a mudança ocorreu com âmbito de melhorar o entendimento dos usuários das demonstrações contábeis. Mesmo a DOAR consistindo numa demonstração rica em informações, a DFC trabalha com definições e linguagens mais transparentes. Deve-se salientar, ainda, que as empresas estejam desobrigadas a publicar a DOAR pela Lei Complementar 11.638/07. Torna-se fácil perceber a importância da utilização da DFC como auxílio à tomada de decisão.

A DFC é uma ferramenta usada como instrumento essencial e procura passar informações cada vez mais detalhadas para o processo administrativo, proporcionando, uma forma mais segura de tomada de decisão. Silva e Nascimento (2005) afirmam que sua utilidade é elevada por tratar os aspectos financeiros com simplicidade e abrangência, principalmente com curtos prazos. A demonstração evidencia o fluxo de recursos financeiros do período, além dos resultados deste fluxo e das movimentações do caixa da entidade.

A utilização da DFC pode possibilitar meios de analisar condições que a empresa apresenta quanto a honrar compromissos, assim como as contas a receber. Esses compromissos denominam-se como: compras a prazo, salários de funcionários, conta de luz, água, telefone e demais contas a pagar que a empresa tenha contraído no período (SILVA; NEIVA, 2010).

Iudicibus, Marion e Faria (2009, p. 186) destacam que “a DFC, por sua vez, demonstra a origem e a aplicação de todo o dinheiro que transitou pelo caixa em um determinado período e o resultado desse fluxo”. Estes mesmos autores mencionam que algumas organizações veem a DFC como um instrumento tático e outras como um instrumento estratégico. A forma tática compreende os de controles diários das operações mais simplificadas, com aspecto mais restrito, com menor poder de atuação ou impacto; e a forma estratégica se relaciona ao nível de negociação que a empresa adota, não só em curto prazo, mais principalmente ao seu longo prazo (FREZATTI, 2009).

Cabe ressaltar que através da implantação do planejamento, a administração passa a ter informações seguras para o processo adequado da tomada de decisão. Assim as pessoas envolvidas poderão ter a organização controlada e manipulada conforme necessitam.

Figueiredo e Caggiano (1997, pag. 27), acreditam que:

Planejamento é estabelecer e manter um plano integrado para as operações consistentes com os objetivos e as metas da companhia, no curto e no longo prazo, que deve ser analisado e revisado constantemente, comunicado aos vários níveis de gerência por meio de um apropriado sistema de comunicação.

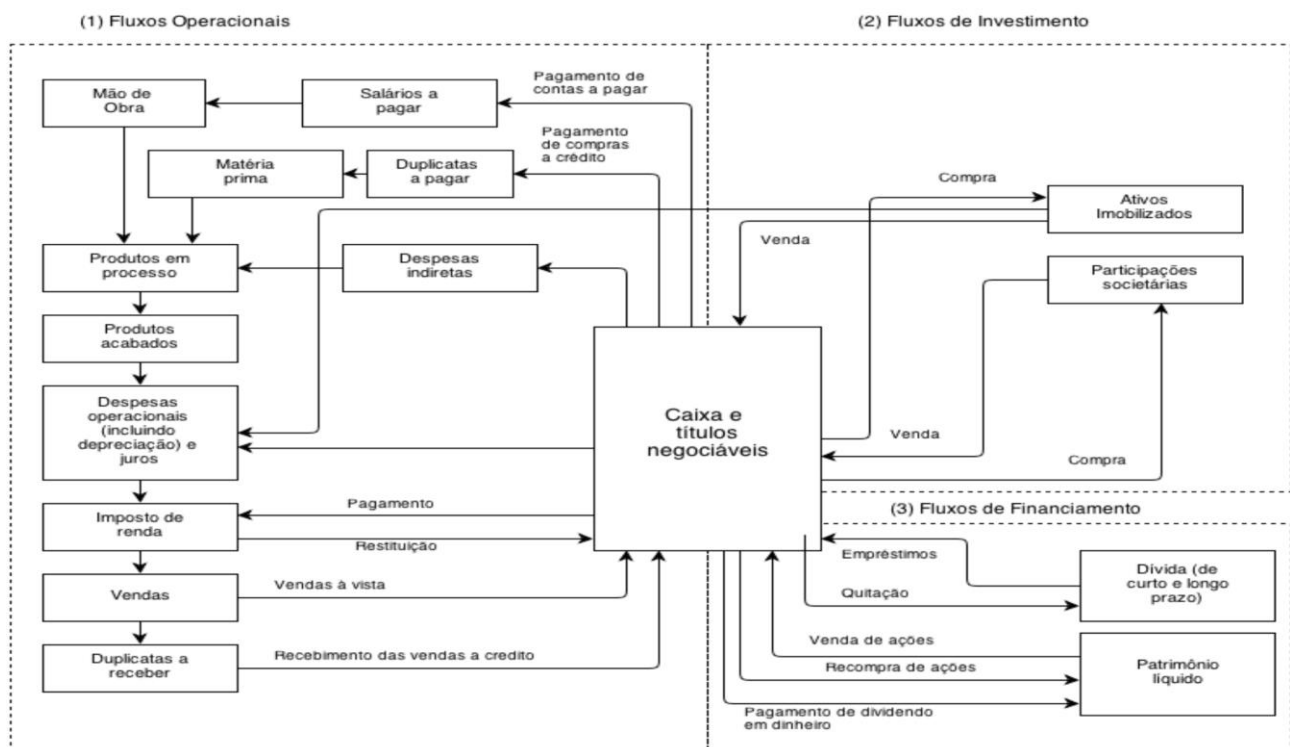
Gitman (2002, p.586) cita que “o planejamento de caixa é a espinha dorsal da empresa”. Sem ele não se sabe quando haverá necessidade de alavancar recursos de terceiros para que sejam cumpridos os compromissos assumidos. É de grande importância para o gestor financeiro informações contábeis precisas e planejamento para que possa se assegurar o processo de tomada de decisões. Contudo, sem um planejamento, pode ser que ocorra imprevistos, que podem colocar a empresa em dificuldades financeiras e, até mesmo, levá-la à falência.

## 2.1 DIVISÕES DE GRUPOS DAS DFC

Salotti e Yamamoto (2004, p. 7), evidenciam que a DFC é “uma valiosa ferramenta para analisar os efeitos das atividades operacionais, de investimento e de financiamento no fluxo de caixa de um determinado período”.

Segundo o CPC n.º 03 – R2, IAS 7, IASB – BV (2010), a DFC se divide em três grandes áreas. Essas por sua vez estão apresentadas na FASB, denominadas de: fluxos relativos às atividades operacionais, fluxos relativos às atividades de investimento e fluxos relativos às atividades de financiamento. Segue as três categorias na Figura 01.

Figura 1 – Fluxo de caixa da empresa



Fonte: (GITMAN, 2010, p. 98).



Os fluxos relativos às atividades operacionais são entendidos por gastos e receitas provenientes da industrialização, comercialização ou prestação de serviços. Todas essas atividades estão ligadas ao capital circulante líquido da entidade, ou seja, o objeto social da empresa. O montante dos fluxos de caixa que provém dessas atividades demonstra que a entidade tem gerado suficientes fluxos para reduzir empréstimos, sustentar o operacional da entidade, liquidar dividendos e juros sobre o capital próprio e investir sem necessitar de fontes externas de financiamento (IAS 7, IASB – BV, 2010).

Para Assaf Neto; Silva, (2002, p. 52):

O fluxo de caixa operacional, ou fluxo de caixa das atividades operacionais, representa basicamente os resultados financeiros (no sentido escrito de caixa) produzidos pelos ativos identificados diretamente na atividade da empresa. Constitui-se, em outras palavras, numa medida dos recursos financeiros gerados pelas atividades estritamente operacionais e disponíveis em termos de caixa.

Desta forma, o fluxo operacional apresenta todas as entradas e desembolsos referentes às atividades normais da operação da empresa. Demonstra também as saídas no que diz respeito à compra de insumos, mercadorias, manutenção das atividades empresariais relacionadas à produção, comercialização e administração. Por fim, apresenta os caminhos do lucro da empresa.

Iudícibus, Martins, Gelbecke (2003), salientam que os contadores e analistas devem classificar adequadamente as movimentações de caixa nos três grupos de atividades; e realizar uma complexa avaliação quando ocorrer a seleção dos investimentos de curto prazo que são considerados equivalentes de caixa.

Segundo Almeida (2000), as movimentações direcionadas as entradas e saídas que se relacionam a produção, a venda e aos serviços da empresa formam o fluxo de caixa operacional.

Nessa classificação, deve-se:

Entre as atividades de uma empresa as **operacionais** são as mais importantes. Em seguida temos as atividades de **investimentos**, que são mais importantes do que as atividades de **financiamento**, porque **aquilo em que** uma empresa investe é mais importante que a maneira **como** ela financia suas compras (CHING; MARQUES; PRADO, 2003, p. 80, grifo do autor).

Os fluxos relativos às atividades de investimento são os gastos relacionados com o capital não circulante da empresa. Entre tais gastos, citam-se os investimentos, no imobilizado e no intangível, assim como as vendas que estão ligadas aos subgrupos referidos. “É importante que tais fluxos de caixa representem essa extensão em que os dispêndios de recursos são feitos pela entidade com a finalidade de gerar lucros e fluxos de caixa no futuro” (IAS 7, IASB – BV, 2010).

Gitman (2002) comenta que o que desenvolve o fluxo de investimento está associado à compra e venda dos ativos imobilizados e também às participações societárias. Os fluxos relativos às atividades de financiamento - que estão correlacionados aos passivos não circulantes e ao patrimônio líquido - devem ser inclusos os financiamentos e empréstimos de curto prazo. Sua diminuição refere-se à amortização das dívidas e das distribuições de dividendos, ou seja, lucros. “É importante por ser útil na predição de exigências de fluxos futuros de caixa por parte de fornecedores de capital à entidade” (IAS 7, IASB – BV, 2010).

Ross (2000) menciona que o mais importante dos itens a serem extraídos de uma empresa é o fluxo de caixa de financiamento, pois esse explica a variação de saldos do disponível e as aplicações financeiras.

## 2.2 MÉTODOS DAS DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

O fluxo de caixa realizado de um período constitui parte integrante das demonstrações, com o propósito de informar sobre o fluxo de ingressos e desembolsos de caixa resultantes das atividades da empresa. A DFC pode ser apresentada de duas formas. Marion (2003) explica pelo método direto e método indireto. A diferenciação está na apresentação dos recursos que envolvem o fluxo de caixa e os equivalentes.

Segundo Marion (2003, p.431), o método direto refere-se, “como o verdadeiro fluxo de caixa, porque (...) nele são demonstrados todos os recebimentos e pagamentos que efetivamente concorreram para a variação das disponibilidades no período”. Nesse caso são apresentados, primeiramente, os itens relacionados às entradas e às saídas. Ao apresentar a DFC pode-se visualizar e compreender de maneira mais transparente as transações de encaixe e desembolso de caixa. O método direto demonstra os recebimentos como: clientes, juros, dividendos e outros e os pagamentos são empregados, fornecedores de produtos e serviços, juros, impostos e outros.

O método direto (Figura 02) demonstra os recebimentos e pagamentos derivados das atividades operacionais da empresa em vez do lucro líquido ajustado. Mostra efetivamente as movimentações dos recursos financeiros ocorridos no período.

Figura 2 - Demonstração do fluxo de caixa - Método direto

INGRESSOS DE RECURSOS		
Recebimentos de clientes		XX
Pagamentos a fornecedores	(XX)	
Despesas administrativas e comerciais		(XX)
Despesas financeiras		(XX)
Impostos		(XX)
Mão-de-obra direta	(XX)	
(=) Ingressos de recursos provenientes das operações		XX
Recebimentos por vendas do imobilizado	XX	
(=) Total dos Ingressos dos recursos financeiros		XX
DESTINAÇÕES DE RECURSOS		
Aquisição de bens do imobilizado	XX	
Pagamentos de empréstimos bancários		XX
(=) Total das destinações de recursos financeiros	XX	
Variação líquida de disponibilidades	XX	
(+) Saldo inicial		XX
(=) Saldo final de disponibilidade	XX	

Fonte: Modelo adaptado de YOSHITAKE e HOJI (1997).

Almeida (2000), diz que o fluxo de caixa pelo método indireto gera o produto final das entradas e saídas que se movimentaram no seu disponível durante um período. Equacionado genericamente através da fórmula: Saldo Inicial + Entradas – Saídas = Saldo Final.

Marion (2003, p. 431) ressalta, também, que “o método indireto é estruturado por meio de um procedimento semelhante ao do DOAR podendo mesmo ser considerado como uma ampliação da mesma”. Ele consiste em expandir à análise dos itens relacionados ao ativo não circulante e o lucro líquido da demonstração do resultado, se identifica pelas mudanças no capital de giro da empresa (Figura 03).

Figura 3 - Demonstração do fluxo de caixa - Método indireto

ORIGENS		
Lucro líquido do exercício		XX
Mais:		
Depreciações		XX
Aumento em imposto de renda a pagar		XX
Aumento de fornecedores		XX
Menos:		
Aumento em clientes		(XX)
(=) Caixa gerado pelas operações		XX
Venda do imobilizado		XX
(=) Total dos ingressos de disponibilidade		XX
APLICAÇÕES		
Pagamentos de empréstimos bancários		XX
Aquisição do imobilizado		XX
(=) Total das aplicações de disponibilidades		XX
Variação líquida das disponibilidades		XX
(+) Saldo inicial		XX
(=) Saldo final das disponibilidades		XX

Fonte: Modelo adaptado de YOSHITAKE e HOJI (1997).

Os modelos apresentados seguem a estrutura tradicional a demonstração do fluxo de caixa, que tem como objetivo principal mostrar apenas as entradas e saídas de recursos financeiros. A principal diferença entre o demonstrativo de fluxo de caixa direto e indireto, também é constatada somente no grupo de origens das operações. As informações de entradas e saídas de recursos podem ser extraídas dos demonstrativos do resultado (DR), devidamente ajustadas pelo saldo do balanço patrimonial inicial e final.

Ressalta-se ainda que o método direto é de fácil entendimento:

A ideia desse método é apurar e informar as entradas e saídas de caixa das atividades operacionais por seus volumes brutos. É bastante simples de ser entendido pelo usuário, pois as movimentações de dinheiro seguem uma ordem direta, como se faz com a administração do caixa pessoal [...] Parte dos *componentes* da Demonstração de Resultados e os ajustes pelas variações nas contas circulantes do balanço vinculadas às operações. Por isso, é útil criar uma coluna para expressar as variações positivas ou negativas de cada conta dos balanços comparados (IUDÍCIBUS; MARTINS; GELBKE, 2003, p.403).

Iudícibus, Martins e Gelbcke (2003) afirmam que ao utilizar-se do método direto, se faz necessária a conciliação do lucro líquido com o caixa das operações nas Notas Explicativas.

Já no caso do método indireto Ching, Marques e Prado (2003) explicam que se faz necessário realizar os ajustes do lucro líquido do exercício demonstrando a diferença entre o lucro e o caixa.

O método indireto começa com o lucro líquido do Demonstrativo de Resultados e reconcilia com o caixa líquido das operações. Os itens das linhas intermediárias – como depreciação, aumento no contas a receber e aumento nos estoques – explicam por que o lucro difere do caixa resultante das operações. Esse é o ponto forte do método indireto. Por outro lado, esse método não demonstra os detalhes operacionais, como cobrança dos clientes e pagamentos aos fornecedores, impostos e outros (CHING; MARQUES; PRADO, 2003, p.83).

O método indireto parte dos recursos provenientes das atividades operacionais que são doravante do lucro líquido, quais são ajustados pelos itens que afetam o resultado, estes itens se classificam como: depreciação, amortização e exaustão, porém que não modificam o caixa da empresa (IUDÍCIBUS; MARTINS; GELBCKE, 2003).

Campos Filho (1999) faz uma comparação de ambos os métodos para salientar as vantagens e desvantagens de cada um:

O método direto traz condições favoráveis para o seguimento de critérios técnicos classificados aos recebimentos e pagamentos; permite a introdução mais rápida do regime de caixa, essas informações podem estar disponíveis diariamente. Porém, o custo adicional para fazer essas classificações encarece; pode ocorrer também, a falta de profissionais contábeis e financeiros experientes, o que dificulta a segregação dessas contas de recebimentos e pagamentos.

O método indireto apresenta baixo custo e para utiliza-lo bastam: dois balanços patrimoniais, a demonstração de resultados e informações adicionais que se obtém através da contabilidade; a conciliação do lucro contábil juntamente com o fluxo de caixa operacional líquido, demonstrando a composição da diferença. Entretanto, a demora da conversão das informações do regime competência passadas para o regime de caixa, se realizadas uma vez ao ano pode trazer surpresas desagradáveis e irremediáveis para empresa.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa trata-se de uma revisão de literatura e/ou pesquisa bibliográfica, e tem um caráter exploratório, com abordagem qualitativa, buscando analisar a contribuição da Demonstração dos Fluxos de Caixa no processo de tomada de decisão.

Para a revisão literária e/ou pesquisa bibliográfica, foram consultados vários livros, artigos, revistas e, também, publicações da internet que possibilitaram que este trabalho se embasasse e tivesse fundamentação. Taylor e Procter (2001) definem a revisão de literatura como uma tomada de contas sobre o que foi publicado acerca de um tópico específico, Marconi e Lakatos (2013) mostram que a pesquisa bibliográfica é o levantamento de toda a bibliografia já publicada, em forma de livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita. A sua finalidade é fazer com que o pesquisador entre em contato direto com todo o material escrito sobre um determinado assunto, auxiliando o cientista na análise de suas pesquisas ou na manipulação de suas informações. Ela pode ser considerada como o primeiro passo de toda a pesquisa científica.

Dando continuidade, a pesquisa é, também, exploratória que, para Mattar, (1999, p.80),

Visa prover o pesquisador de um maior conhecimento sobre o tema ou problema de pesquisa em perspectiva. Por isso é apropriada para os primeiros estágios da investigação, quando a familiaridade, o conhecimento e a compreensão do fenômeno por parte do pesquisador são geralmente insuficientes ou inexistentes.

Quanto a abordagem, o estudo utiliza a abordagem qualitativa, para sua análise. Conforme Richardson (1999, p. 79), “a abordagem qualitativa de um problema, além de ser opção do investigador, justifica-se, sobretudo, por ser uma forma adequada para entender a natureza de um fenômeno social”. Desse modo então, não há interesse de quantificar ou mensurar nada.

#### 4 ANÁLISES E DISCUSSÕES

O proposto neste estudo foi evidenciar que existem inúmeras maneiras de se aproveitar as ferramentas da DFC, em sua forma mais simples a mais complexa; desde suas necessidades diárias até suas necessidades de alcance com prospectivas estratégias mais estendidas. Com isso, o intuito não foi estabelecer que tal planejamento e sua implantação, irão eliminar totalmente as dificuldades financeiras de uma empresa, mas que essa ferramenta permitirá antecipar a decisão de alocação de recursos, equilibrando a vida financeira.

O planejamento auxilia a empresa a alcançar o objetivo desejado, no momento esperado, para a análise adequada a empresa deve apresentar uma estrutura com determinado grau de detalhamento. Isso irá gerar confiança ao decidir quanto a liquidez da empresa, o qual constitui um dos fatores mais importantes para o sucesso de uma gestão. Desse modo pode-se verificar que a gestão financeira de uma empresa deve ser planejada, executada, acompanhada e avaliada para que se possa evitar surpresas inesperadas.

Diante desta análise levantou-se a questão sobre os benefícios que a DFC trouxe as empresas empregando portabilidade e segurança quanto a competitividade no mercado financeiro, devido à facilidade de obter informações relevantes sobre sua situação financeira. Em comparação a DFC e a DOAR, nota-se que a DOAR é elaborada através do regime de competência considerando o capital circulante líquido; já a DFC, através do regime de caixa considerando o disponível de caixa.

#### 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A adoção do método da DFC facilita a tomada de decisões de investimentos, contribuindo para o crescimento da empresa e liderança do mercado. Através desta ferramenta, resultando em desenvolvimento econômico e social, melhorando simultaneamente a qualidade de vida de seus colaboradores e de suas famílias, da comunidade local e da sociedade como um todo.

Os objetivos descritos identificam a necessidade que a entidade tem da implantação da DFC, demonstrando suas vantagens e desvantagens, exemplificando o método direto e indireto de elaboração, ressaltando sua influência como apoio, para que não ocorram erros de análises contábeis, quando analisados isoladamente. A DFC permite aos usuários a análise de mudanças ocorridas nas atividades operacionais, de investimentos e financiamentos; tais mudanças, por sua vez, que geraram ou consumiram fluxo de dinheiro no período.

Com as informações que a DFC proporciona é possível que os usuários conheçam a estrutura financeira da entidade com mais transparência possibilitando condições de análises para que se possa honrar seus compromissos. Quando comparada aos demais relatórios contábeis se nota uma grande redução de efeitos decorrentes para uma mesma transação. Desse modo, a percepção da importância da DFC e da elaboração junto às demais demonstrações é nítida; e representa tanto para o gestor, quanto para o analista, a segurança para a tomada de decisão adequada.

#### REFERÊNCIAS

ARRUDA, A. M. F.; TELES, J. S.; ARAÚJO, M. H. Métodos de Elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa. **Revista Razão Contábil e Finanças**, v. 2, p. 1-13, 2011.

ASSAF NETO, A.; SILVA, C. A. T. **Administração do Capital de Giro**. 3 ed., São Paulo: Atlas, 2002.

BORGES, E. J.; SCHMIDT NETO, A. Demonstração de Fluxo de Caixa Versus Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos: Uma Proposta de Compartilhamento dos Dois Modelos. **Revista FCJ Scientia** - Joinville SC, v. 2, p. 28-47, 2006.

CHECHINATO, L.; BOFF, C. D. S. Ferramentas Financeiras em um Comércio Varejista: Fluxo de Caixa e Indicadores Financeiros. **Anais IX Seminário de Iniciação Científica Curso de Ciências Contábeis da FSG**, v. 5, n. 2, p. 171-191, 2014 – ISSN 2237-8472.

CHING, H. Y.; MARQUES, F.; PRADO, L. **Contabilidade & Finanças para não especialista**. 1. ed., São Paulo: Prentice Hall, 2003.



COMITÊ DE PRONUNCIAMENTO CONTÁBIL PRONUNCIAMENTO TÉCNICO CPC 03 (R2). Demonstração dos Fluxos de Caixa, Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IAS 7, IASB – BV, 2010.

DAGA, K.; KRUGER, S. D.; MAZZIONI, S. Demonstração dos Fluxos de Caixa: Controle Gerencial ou Obediência Normativa? **Revista da Contabilidade da UFBA**, v. 9, n. 1, p. 95-100, 2015.

DAHMER, L.; CASTURINO, V. Fluxo de Caixa Como Ferramenta de Gestão Financeira Para Microempresa. **Revista Contabilidade e Amazônia**, v. 1, p. 1-10, 2009.

FREZATTI, F. **Orçamento Empresarial**. Planejamento e Controle Gerencial, 5 ed., São Paulo: Atlas, 2009.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de administração financeira**. 7.ed., São Paulo: Harbra, 2002.

GITMAN, L. J. **Princípios da Administração Financeira**. Revisão técnica Jean Jacques Salim, 12 ed., São Paulo: Pearson Prentice, 2010.

IUDÍCIBUS, S.; MARTINS, E.; GELBCKE, E. R. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEMES JUNIOR, A. B.; RIGO, C. M.; CHEROBIM, A. P. M. S. **Administração Financeira: Princípios, Fundamentos e Práticas brasileiras**. Aplicações Casos Nacionais. 2 ed., Rio de Janeiro: Campus, 2002.

LUCAS, D. R. Utilização do Fluxo de Caixa na Obtenção de Informações Como Ferramenta Estratégica e Competitiva no Mercado. In: **XIII Encontro Latino Americano de Iniciação Científica**, 2009, São José dos Campos. Encontro Latino Americano de Iniciação Científica, p. 1-8, 2009.

LUCION, C. E. R. Planejamento Financeiro. **Revista Eletrônica de Contabilidade**, Curso e Ciências UFSM, v. 1, n. 3, 2005.

MACÁRIO, R. A. H. A importância da gestão do fluxo de caixa no controle da inadimplência. **Especialização - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Escola de Administração, Curso de Especialização em Gestão de Negócios Financeiros a Distância, Repositório Digital**, p. 1-74, Turma 2008.

MACEDO, M. A.; MACHADO, M. A. V.; MURCIA, F. D. R.; MACHADO, M. R. Análise do impacto da substituição da DOAR pela DFC: um estudo sob a perspectiva do value-relevance. **Revista Contabilidade & Finanças** (Impresso), v. 22, p. 299-318, 2011.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa**, 7 ed., São Paulo: Atlas, 2013.

MARQUES, R. F. S. A Importância do Fluxo de Caixa no Planejamento Financeiro Empresarial. **Anais VI Seminário de Iniciação Científica Curso de Ciências Contábeis da FSG**, v. 4, n. 1, p. 1-10, 2010.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de Marketing 1**. Comunicação, Marketing e Vendas, v. 1, 5 ed., São Paulo: Atlas, 1999.

MOREIRA, V. Revisão de Literatura e Desenvolvimento Científico: Conceitos e Estratégias Para a Confecção - Instituto de Pesquisa e Iniciação Científica da FATEA e Centro Cultural Teresa D'Ávila. **Revista de Pesquisa Científica – JANUS**, v. 1, n. 1, ano 1, p.19-30, 2004.

QUINTANA, A. C.; SAURIN, V. Análise da Utilização da Demonstração do Fluxo de Caixa Como um Instrumento de Gestão Financeira nas Sociedades Anônimas de Capital Aberto do Estado do Rio Grande do Sul. **Revista de Ciências da Administração (CAD/UFSC)**, v. 10, n. 22, p. 56-66, 2008.

RAMOS, G. V.; ALVES, C. C. Fluxo de Caixa: Instrumento Indispensável para o Planejamento, Controle Financeiro E Sobrevivência das Pequenas Empresas, O Caso Márcio Bueno de Castro. In: **Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia**, 2012, Resende/RJ. Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, 2012.

REINA, D.; NUNES, P.; MACEDO, J. S.; VICENTE, E. F. R.; REINA, D. R. M. Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos (DOAR) Apresentada numa Perspectiva Teórica: Um Contraponto com a Lei 11.638/2007 sob a Vertente Gerencial. **Enfoque: Reflexão Contábil** (Impresso), v. 28, p. 42-58, 2009.

RÉVILLION, A. S. P. A Utilização de Pesquisas Exploratórias na Área de Marketing, Rimar. **Revista Interdisciplinar de Marketing**, v.2, n.2, p. 21-37, 2003.

RICHARDSON, J. R. **Pesquisa Social**. Métodos e Técnicas, 3 ed., 4 tiragem, São Paulo: Atlas, 1999.

SALOTTI, B. M.; YAMAMOTO, M. M. Os Métodos de Divulgação da Demonstração dos Fluxos de Caixa no Brasil. **Revista Universo Contábil**, ISSN 1809-3337, Blumenau, v. 3, n. 3, p. 25-37, set./dez. 2007.

SCHERER, L. M.; TEODORO, J. D.; KOS, S. R.; ANJOS, R. P. Demonstração dos Fluxos de Caixa: Análise da Divulgação de Juros de Dividendos Pagos e Recebidos, Método de Apresentação e Variação de Caixa e Equivalentes de Caixa nas Empresas Listadas nas Bolsas de Valores de São Paulo, Frankfurt, Milão e Londres. **XXXV Encontro da ANPAD**, Rio de Janeiro/RJ, p. 1-16, 2011.

SILVA, D. Z. G.; NEIVA, R. M. O Fluxo de Caixa como Ferramenta de Gestão Financeira e Estratégia nas Empresas. **Revista da Faculdade de Administração e Economia**, v. 2, n. 1, 23-35, 2010.

SILVA, E. M. Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos e Demonstração de Fluxo de Caixa, Conceitos, Diferenças, Vantagens e Desvantagens. In: **IV Jornada UNISUZ**, 2007, Suzano / SP. Anais da IV Jornada Unisuz, p. 1-15, 2007.

SILVA, J. M.; SANTOS, V. S.; PRADO, A. P.; OLIVEIRA, E. A. A. Q. O Fluxo de Caixa Como Ferramenta de Gestão para Medir a Eficiência Econômica Financeira e Gerencial das Empresas. **Revista UNIVAP**, v. 13, p. 3196-3199, 2006.

VARGAS, L. H. F.; SOUZA, J. A. Análise da Relevância da DOAR e da DFC: Com a DFC, Há Ganho Informacional Para os Usuários? **Ciências Sociais em Perspectiva**, v. 12, p. 5, 2013.

YOSHITAKE, M.; HOJI, M. **Gestão de Tesouraria: controle e análise de transações financeiras em moeda forte**, 1 ed., São Paulo: Atlas, 1997.